

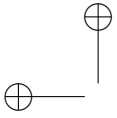
**A EXISTÊNCIA DE DEUS  
SEGUNDO DUNS ESCOTO**



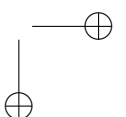
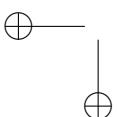
Manuel Barbosa da Costa Freitas

1966

[www.lusosofia.net](http://www.lusosofia.net)



Textos publicados na LUSOSOFIA.NET  
com a benévola e graciosa autorização  
da Editorial Verbo,  
onde a obra integral do Professor  
Manuel Barbosa da Costa Freitas foi editada:  
***O Ser e os Seres. Itinerários Filosóficos,***  
2 vols., Editorial Verbo, Lisboa, 2004,  
vol. I, pp.313-333





LUSOSofia:press

Covilhã, 2008

FICHA TÉCNICA

Título: *A Existência de Deus Segundo Escoto*

Autor: Manuel Barbosa da Costa Freitas

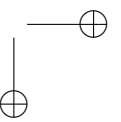
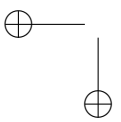
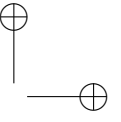
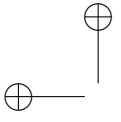
Colecção: Artigos LUSOSOFIA

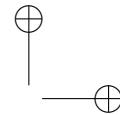
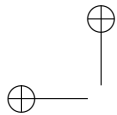
Design da Capa: António Rodrigues Tomé

Composição & Paginação: Américo Pereira

Universidade da Beira Interior

Covilhã, 2008





# A Existência de Deus Segundo Escoto\*

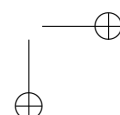
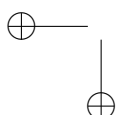
Manuel Barbosa da Costa Freitas  
Universidade Católica Portuguesa

## Conteúdo

<b>I – A existência de um Princípio absolutamente primeiro segundo a Eficiência, a Finalidade e a Eminência</b>	<b>10</b>
A – A existência de uma primeira Causa Eficiente . . . . .	10
a – <i>É impossível uma infinidade de causas essencialmente ordenadas</i> . . . . .	17
b – <i>Impossibilidade duma série infinita de causas acidentalmente ordenadas</i> . . . . .	18
c – <i>Mesmo negada uma ordem essencial a infinidade é impossível</i> . . . . .	20
B – A existência de uma primeira Causa Final . . . . .	29
C – A existência de uma primeira Natureza Eminente . . . . .	31
<b>II – A unidade das três primazias numa mesma natureza</b>	<b>33</b>
<b>III – A unidade da natureza dotada da tríplice primazia de Eficiência, Finalidade e Eminência</b>	<b>35</b>

---

\*Originalmente publicado em *Itinerarium*, XII (1966) 161-192.





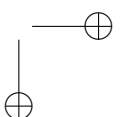
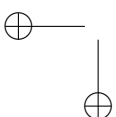
*Quant aux preuves de l'existence de Dieu chez Duns Scot, elles devraient occuper une des toutes premières places dans une histoire de la philosophie chrétienne, car elles sont immédiatement fondées sur l'idée d'être et ses propriétés essentielles: la causalité et l'éminence.<sup>1</sup>*

*Se me fosse pedido o conselho por algum homem religioso vulgar eu proporia que se evitassem todos os argumentos acerca de religião e, especialmente, acerca da existência de Deus. Contudo, para aqueles que conhecessem um pouco de filosofia, recomendaria o estudo das provas de Duns Scott sobre a existência real de um ser infinito e que vêm na Segunda Distinção do Primeiro Livro do Opus Oxoniense, obra em latim cuja dificuldade é suficiente para provocar dores de cabeça a qualquer. E, hoje em dia, é geralmente admitido que, tanto pela justiça como pela profundidade e objectivo, esta é a prova mais perfeita e completa da existência de Deus que jamais foi elaborada por um homem.<sup>2</sup>*

---

<sup>1</sup> Gilson, *L'Esprit de la Philosophie Médiévale*, Paris, 19482, p. 60, nota 2.

<sup>2</sup> Tomas Merton, *Noite sem Estrelas*, Lisboa, p. 128.

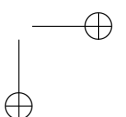
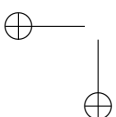




Por diversas vezes e em diversos lugares tratou Escoto do problema de Deus, como, por exemplo, na *Ordinatio*, I, d. 2, pars 1, q. 1-2 (ed. Vaticana, vol. II, p. 125-243); *Lectura in librum primum sententiarum* = *Lectura* I, d. 2, pars 2, q. 1-2 (ed. Vaticana, vol. XVI, p. 111-157); *Reportata Parisiensis*, I, d. 2, q. 1-3 (ed. Vives, vol. XXIII, p. 63-76); *Tractatus de Primo Principio* (ed. Marianus Müller, Frib. B., 1941)<sup>3</sup>. Pode mesmo dizer-se que Deus constitui explícita ou implicitamente o problema central e a preocupação constante de toda a especulação filosófica do Doutor Subtil. A sua metafísica, num largo movimento de teses convergentes, culmina e expande-se na afirmação triunfante do Ser Infinito. De facto, as profundas e minuciosas análises que se acumulam ao longo da exposição das provas da existência de Deus mergulham raízes fundas nas teses nucleares da sua filosofia do ser, e, por sobre elas, nos veios doutrinários que as precederam e condicionaram<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> Também nos *Theoremata* é tratado o problema de Deus. Porém, esta obra, pela sua índole particular, suscita problemas e dificuldades que transcendem os limites do presente estudo.

<sup>4</sup> Dentro desta orientação podem ver-se os seguintes trabalhos: Timotheus Barth, “Die Stellung der univocatio in Verlauf der Gotteserkenntnis nach der Lehre des Duns Scotus”, em *Wissenschaft und Weisheit*, Friburgo de Brisgóvia, 1938, p. 235-254; id., “De tribus viis diversis existentiam divinam attingendi. Disquisitio historico-colativa inter S. Thomam, Henricum Gand., Duns Scotum”, em *Antoninianum*, (1943) 91-117; id., “Ersünde und Gotteserkenntnis. Eine philosophisch-theologische Grenzbetrachtung im Anschluss an Johannes Duns Scotus”, em *Philosophisches Jahrbuch der Görresgesellschaft*, Fulda, 1947, p. 70-103; Efreim Bettoni, *L’ascesa a Dio in Duns Scotus*, Milão, 1943; Pacificus Borgmann, *Ueber die Stellung des Duns Scotus zum sog. ontologischen Gottesbeweis*, Werl, 1934; Étienne Gilson, “Nature et portée des preuves scotistes de l’existence de Dieu”, em *Mélanges Joseph Meréchal*, II, Bruxelas-Paris, 1950, p. 378-395; id., *Jean Duns Scot. Introduction à ses positions fondamentales*, Paris, 1960; Roy R. Effler, *John*





No presente estudo, de índole prevalentemente expositiva e interpretativa, cingir-nos-emos aos textos da *Ordinatio* não só por se encontrarem já criticamente editados, mas, sobretudo, porque a *Ordinatio* representa a última expressão do pensamento do mestre franciscano.

Escoto formula o problema dum modo característico e original com a maior precisão e clareza: “*utrum in entibus sit aliquid existens actu infinitum*”<sup>5</sup>. Podemos traduzir: se entre os seres há um que seja actualmente infinito<sup>6</sup>.

Deus é concebido inicialmente como um ser infinito por ser esta a noção mais perfeita a que naturalmente se pode elevar a inteligência humana<sup>7</sup>. Por isso demonstrar a existência de Deus equivale, para Escoto, a demonstrar a existência dum ser infinito. E aqui começa a sua originalidade.

A necessidade de demonstrar a existência de Deus decorre do facto de ela não nos ser evidente por si mesma. É este o problema que Escoto discute numa questão prévia: “*utrum aliquod infinitum*

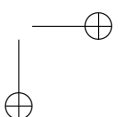
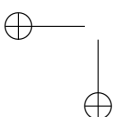
---

*Duns Scotus and the principle “omne quod movetur ab alio movetur”*, Lovaina, 1962.

<sup>5</sup> *Ordinatio* (= *O.*), ed. Vaticana, II, p. 125.

<sup>6</sup> Embora a pergunta pudesse incidir directamente sobre a existência, parece-nos ser esta a versão mais correcta dentro da orientação geral do pensamento escotista. Cf. Miguel Oromi, *Metodos y Principios Filosóficos*, Madrid, 1960, p. 316 ss.

<sup>7</sup> “*Et perfectissimus conceptus, in quo quasi in quadam descriptione perfectissime cognoscimus Deum, est concipiendo omnes perfectiones simpliciter et in summo. Tamen conceptus perfectior simul et simplicior, nobis possibilis, est conceptus entis infiniti*”. *O.*, I, d. 3, q. 1-2, vol. III, p. 40; “*Ex hoc apparet improbatio illius quod dicitur in praecedenti opinione, quod perfectissimum est cognoscere attributa reducendo illa in esse divinum, propter simplicitatem divinam. Cognitio enim esse divini sub ratione infiniti est perfectior cognitione eius sub ratione simplicitatis, quia simplicitas communicatur creaturis, infinitas autem non, secundum modum quo convenit Deo*”. *O.*, I, d. 3, q. 1-2, vol. III, p. 41-42. “*Quemcumque concepum concipimus sive boni sive veri, si non contrahatur per aliquid ut non sit conceptus simpliciter simplex, non est proprius conceptus Deo*”. *O.*, I, d. 2, q. 1-2, vol. II, p. 142.







esse sit per se notum” - se a existência dum ser infinito é evidente por si mesma<sup>8</sup>. Embora sumamente instrutiva, omitimo-la por desnecessária ao nosso propósito. Basta-nos fixar a conclusão: a existência do ser infinito, como nós o concebemos, não se nos impõe com evidência<sup>9</sup>. O único meio de que dispomos para concluir a existência do Ser Infinito é a demonstração racional. Sabemos que há duas espécies de demonstração: a demonstração *propter quid* (*a priori*) e a demonstração *quia* (*a posteriori*). Ora a demonstração *propter quid* é possível em si mesma, mas é-nos vedada no estado actual. Restanos a demonstração *quia* ou *a posteriori*, dos efeitos para a causa, ou seja, das criaturas para Deus<sup>10</sup>.

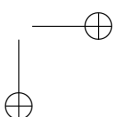
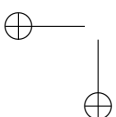
Numa tal demonstração o ser infinito é atingido primária e imediatamente naquelas propriedades que o definem em relação às criaturas. Com efeito, a existência das propriedades relativas é-nos acessível mais directa e imediatamente do que a existência das propriedades absolutas, pois que da existência dum relativo se infere imediatamente a existência do seu correlativo<sup>11</sup>. O método utilizado por Duns

<sup>8</sup> *O.*, I, d. 2, q. 1-2, p. 128.

<sup>9</sup> “Sed si quaeratur an esse insit alicui conceptui quem non concipimus de Deo, ita quod talis propositio sit per se nota in qua enuntiatur esse de tali conceptu, puta ut de propositione cuius extrema possunt a nobis concipi, puta, potest in intellectu nostro esse aliquis conceptus dictus de Deo, tamen non communis sibi et creaturae, puta necessario esse vel ens infinitum summum bonum, et de tali conceptu possumus praedicare esse eo modo quo a nobis concipitur, - dico quod nulla talis est per se nota [...]”. *O.*, I, d. 2, q. 1-2, p. 138-139.

<sup>10</sup> “Ad primam quaestionem sic procedo, quia de ente infinito sic non potest demonstrari esse demonstratione propter quid quantum ad nos, licet ex natura terminorum proposito est demonstrabilis propter quid quantum ad nos, licet ex natura terminorum propositio est demonstrabilis propter quid. Sed quantum ad nos bene propositio est demonstrabilis demonstratione quia ex creaturis”. *O.*, I, d. 2, q. 1-2, p. 148.

<sup>11</sup> “Proprietates autem infiniti entis relativae ad creaturas immediatas se habent ad illa quae sunt media in demonstratione quia quam proprietates absolutae, ita quod de illis proprietatibus relativis concludi potest immediatus esse per ista quae sunt media in tali demonstratione quam de proprietatibus absolutis, nam immediate ex esse unius relativi sequitur esse sui correlativi”. *O.*, I, d. 2, q. 1-2, p. 148-149.





Escoto para demonstrar a existência de Deus consiste precisamente em descobrir as propriedades essenciais do ser tais como aparecem nas criaturas, isto é, na sua forma imperfeita, e, apoiando-se no conceito unívoco de ser, demonstrar a necessidade das outras disjuntivas, ou seja, as propriedades essenciais do ser na sua forma perfeita<sup>12</sup>. O ponto de partida é o ser unívoco na sua indiferença máxima de finitude ou infinitude.

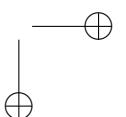
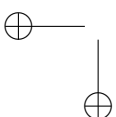
Procedendo metodicamente Escoto prova em primeiro lugar a existência das propriedades relativas do ser infinito e, em seguida, a existência do próprio ser infinito, demonstrando que tais propriedades só convêm ao ser infinito<sup>13</sup>. Ora as propriedades relativas do ser infinito são três: causalidade eficiente, causalidade final e eminência<sup>14</sup>. A causalidade exemplar é considerada um caso especial da causalidade eficiente<sup>15</sup>.

<sup>12</sup> “Per omnem conditionem effectus potest demonstrari de causa quia est, quam impossibile est esse in effectu nisi causa sit; sed multae sunt passiones consideratae in metaphysica, quas impossibile est inesse nisi ab aliqua prima causa talium entium; ergo ex talibus passionibus metaphysica potest demonstrare aliquam esse causam primam illorum entium. Minor probatur, quia multitudo entium, dependentia, compositio, et huiusmodi - quae sunt passiones metaphysicae - ostendunt aliquod esse simplex actu, independens omnino et necesse esse”. *O.*, “Prol.”, pars 3, q. 1-3, p. 131; “Si aliquod ens est finitum, ergo aliquod ens est infinitum, et si aliquod ens est contingens, ergo aliquod ens est necessarium; quia in talibus non posset enti particulariter inesse imperfectius extremum, nisi alicui enti inesset perfectius extremum a quo dependeret”. *O.*, I, d. 39, a. 3. n. 13; cf. Oromi, *Obras del Doctor Sutil Juan Duns Escoto*, BAC, Madrid, 1960, p. 72.

<sup>13</sup> “Ideo primo declarabo esse de proprietatibus relativis entis infiniti et secundo declarabo esse de infinito ente quia illae relativae proprietates soli enti Infinito conveniunt”. *O.*, I, d. 2, q. 1-2, p. 149.

<sup>14</sup> “Proprietates relativae entis infiniti ad creaturas aut sunt proprietates causalitatis, aut eminentiae; causalitatis duplicis, aut efficientis, aut finis”. *Ibid.*

<sup>15</sup> “Quod additur de causa exemplari, non est aliud genus causae ab efficiente, quia tunc essent quinque genera causarum; unde causa exemplaris est quoddam efficiens, quia est agens per intellectum, distinctum contra agens per naturam”. *O.*, I, d. 2. q. 1-2, p. 149. A causa exemplar é a própria causa eficiente dotada de inteligência. Em Deus equivale ao conhecimento dos seres aos quais quer conferir



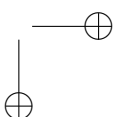
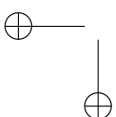


As fases particulares em que se desdobra o processo geral da argumentação são minuciosamente descritas por Escoto. Primeiramente prova que existe um princípio absolutamente (*simpliciter*) primeiro em cada uma das três ordens de causalidade: eficiente, final e formal. Em seguida prova que o princípio absolutamente primeiro numa ordem o é também nas outras duas, de modo que há um só e mesmo princípio absolutamente primeiro dotado duma tríplice primazia, isto é, esse princípio é absolutamente primeiro não só em eficiência, mas também em finalidade e eminência. Finalmente prova que este primeiro princípio é único em espécie ou natureza<sup>16</sup>.

---

a existência. A causalidade exemplar está portanto incluída na própria natureza intelectual do agente.

<sup>16</sup> “Primo ergo ostendam quod aliquid est in effectu inter entia quod est simpliciter primum secundum efficientiam, et aliquid est quod etiam est simpliciter primum secundum rationem finis, et aliquid quod est simpliciter primum secundum eminentiam; secundum ostendo quod illud quod est primum secundum unam rationem primitatis, idem est primum secundum alias primitates; et tertio ostendo quod illa triplex primitas uni soli naturae convenit ita quod non pluribus naturis differentibus specie vel quiditative”. *O.*, I, d. 2, q. 1-2, p. 149-150. Neste último caso Escoto pretende apenas provar a unicidade da natureza divina sem nada concluir quanto a uma pluralidade de indivíduos dentro dessa mesma natureza.





## I

# A EXISTÊNCIA DE UM PRINCÍPIO ABSOLUTAMENTE PRIMEIRO SEGUNDO A EFICIÊNCIA, A FINALIDADE E A EMINÊNCIA

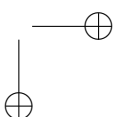
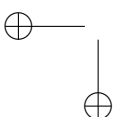
Na demonstração dum primeiro princípio em cada uma das três ordens Escoto estabeleceu uma tríplice conclusão: *a)* que é primeiro nessa respectiva ordem, *b)* que é incausável, *c)* que existe actualmente entre os seres<sup>17</sup>.

### A – A existência de uma primeira Causa Eficiente

A primeira conclusão que Escoto intenta provar é pois a seguinte: “quod aliquod effectivum sit simpliciter primum ita quod nec sit effectibile nec virtute alterius a se effectivum”<sup>18</sup>. Podemos traduzir: que existe alguma causa eficiente de tal maneira primeira que não pode ser causada, por sua vez, nem causar em virtude de qualquer outra causa. Como se pode chegar a semelhante conclusão? Escoto

<sup>17</sup> “Quaelibet autem illarum trium conclusionum habet tres ex quibus dependet: prima est quod aliquid sit primum, secunda est quod illud est incausabile, tertia est quod illud actu existit in entibus”. *O.*, I, d. 2, q. 1-2, p. 150-151.

<sup>18</sup> *O.*, I, d. 2, q. 1-2, p. 151.



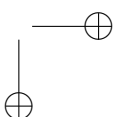
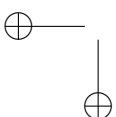


não ignora os argumentos clássicos, designadamente, a via *manifestior* de S. Tomás, nem tão pouco os rejeita<sup>19</sup>. Simplesmente não os considera verdadeiras provas metafísicas por não se basearem nas propriedades transcendentais do ser. Com efeito, acto e potência, essência e existência, matéria e forma, substância e acidentes são para Escoto propriedades disjuntivas, mas apenas do ser físico. Ora as provas tradicionais da existência de Deus apoiam-se na primeira divisão do ser físico, isto é, na divisão em acto e em potência: todo o ser enquanto existe ou é acto puro ou uma composição de acto e potência. Essas provas concluem apenas a existência duma causa do ser físico como tal, sem outra determinação mais que a da sua existência, acto puro sem limitação de potência, o Ser infinito, isto é, ilimitado na sua existência<sup>20</sup>. O ser físico, existencial, exige uma causa da sua existência pela simples razão de que é um ser composto sob todos os aspectos. Nas suas operações e movimentos revela-se composto de matéria e de forma; e no seu próprio existir manifesta-se composto de essência e existência (existência limitada pela essência). É portanto composta de acto e potência sob qualquer aspecto que o consideremos. Isto significa que não pode ser causa da sua existência, porque se o fora existiria simplesmente, sem composição nem limite algum. Deste modo a causa do seu existir é uma existência pura cuja essência é a própria existência.

Esta argumentação, com base na existência, tem um valor físico inegável já que se apoia nas propriedades existenciais do ser físico.

<sup>19</sup> Como muito bem observa Gilson *manifestior* não qualifica directamente a prova em si mesma, mas o facto contingente em que ela se apoia. Gilson, *Jean Duns Scot*, p. 139. Nesta prova dum primeiro motor, *primeiro* é muito mais importante do que *motor*. Por isso Escoto afirma com toda a razão: “como é que o físico vai provar que um motor é primeiro se não for mais metafísico para o provar como primeiro do que físico para o provar como motor?”. *In Metaph.*, l. VI, q. 4, ed. Waddingo, t. IV, p. 671. A este propósito Gilson comenta: “Le jour où il écrivit ces lignes, Duns Scot est allé jusq’au fond de la philosophie chrétienne. Et cela lui est arrivé souvent”. *L’Esprit de la Philosophie Médiévale*, Paris, 19482, p. 82.

<sup>20</sup> Para Escoto a infinidade tem um sentido positivo em virtude da entidade do conceito de *ser infinito*.

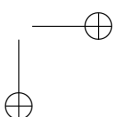
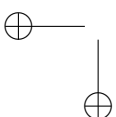




Escoto, contudo, considera-a insuficiente por se basear numa necessidade meramente física, isto é, de facto, radicalmente contingente portanto. Além disso não nos pode dar de Deus nenhuma noção positiva. Por isso Escoto prefere partir das propriedades disjuntivas transcendentais do ser, construindo assim uma verdadeira argumentação *ex necessariis*<sup>21</sup>. Como tais são consideradas as disjuntivas: necessário-possível, incriado-criado, infinito-finito<sup>22</sup>. São transcendentais porque excedem disjuntivamente todo o género, isto é, não são exclusivas deste ou daquele ser, mas aplicam-se disjuntivamente a todo o ser: todo o ser ou é necessário ou possível, incriado ou criado, infinito ou finito. São necessárias em sua forma disjuntiva precisamente porque ultrapassam todo e qualquer género de ser e, identificando-se com ele, são como ele absolutas de tal modo que, dada a existência no ser da parte inferior da disjuntiva, podemos concluir necessária e absolutamente a parte superior. Além disso estas propriedades possibilitam a compreensão dos atributos divinos em si mesmos, isto é, positivamente, enquanto derivam da própria essência do ser. Das coisas físicas, contingentes como tais, só podemos deduzir uma causa, não porém a necessidade metafísica dessa causa e muito menos a liberdade ou contingência no seu causar. Das propriedades essenciais, consideradas em si mesmas, podemos concluir, por um lado, a necessidade da causalidade essencial que afecta radicalmente todas as coisas contingentes e, por outro lado, a liberdade da

<sup>21</sup> Um dos motivos mais determinantes desta preferência é o facto das provas a partir do necessário dispensarem as do contingente, mas não vice-versa: “Sed malo de possibili conclusiones et praemissas proponere, illis quippe de actu concessis, istae de possibili conceduntur; non e converso”. *De primo principio*, c. III, p. 37.

<sup>22</sup> “Res autem prima sul divisione dividi potest in rem creatam et incretam, sive in rem a se et in rem ab alio habentem esse, sive in rem necessariam et rem possibilem, sive in rem finitam et infinitam. Res autem increta, a se, infinita et necessaria Deus est; res autem creata, ab alio, possibilis est finita, communi nomine dicitur creatura”. *Quodlibet*, “Praefatio”. Como muito bem nota Gilson todas estas determinações disjuntivas têm a realidade do próprio ser que determinam. *Jean Duns Scot*, p. 129.



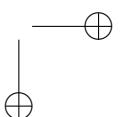
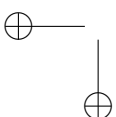


causa primeira ao produzir todas as coisas contingentes, pois que de outra sorte não seria primeira.

Ora Escoto pretende provar a existência de Deus dum modo necessário, metafísico. Daí o recurso a estas propriedades transcendentais, verdadeiramente metafísicas. Isto significa que os argumentos não se apoiam nas causas, nos efeitos, nos fins, formas ou matérias em sentido físico ou existencial, mas na *essência* da causalidade, da efectividade, da finalidade, da formalidade e da materialidade. O objecto da metafísica é a essência, toda a essência em si mesma, não as essências físicas como tais. Por conseguinte, quando se fala de causa eficiente não se entende em sentido existencial de conferir a existência, mas simplesmente da *efectividade* essencial, comum a toda a causa eficiente. Também quando se fala de efeitos tão-pouco devemos entender em sentido existencial, mas apenas da *efectibilidade* essencial, comum a todo o efeito. Do mesmo modo quando se indica como uma das últimas diferenças ou propriedades disjuntivas do ser o acto e a potência, estes conceitos não encerram sentido algum existencial ou físico, mas a essência do acto, que é a *actualidade*, e a essência da potência, que é a *potencialidade*: se se dá a potencialidade no ser unívoco, deve dar-se necessariamente a actualidade. Por outras palavras, Escoto situa-se imediatamente na ordem da possibilidade real<sup>23</sup>.

Postos estes esclarecimentos prévios podemos compreender melhor em toda a sua intimidade as fórmulas da argumentação escotista. A prova de que existe uma natureza primeira será portanto o facto de que alguma coisa pode ser causada - “aliquod ens est effectibile” (algum ser é efectivo) *O., I, d. 2, q. 1-12, p. 151.* Ora três hipóteses se nos apresentam. Ou pode ser causada por si mesma ou pelo nada ou por outro ser. A primeira e segunda hipótese ficam imediatamente

<sup>23</sup> Não se trata duma possibilidade meramente lógica, mas duma possibilidade metafísica como elemento componente de toda a realidade contingente: “[...] quia aliquod entium est possibile distinguendo possibile contra necessarium [...]”. *O., I, d. 2, q. 1-2, p. 182.*

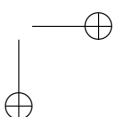
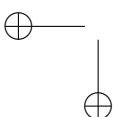




excluídas porque o nada de nada pode ser causa e é impossível que alguma coisa seja causa de si mesma, pois, no dizer de S. Agostinho, não há nada que se gere a si mesmo. Fica de pé a terceira hipótese, isto é, que esse possível efeito é causado por uma outra causa. Representemos esta outra causa pela letra A. Se A é uma causa eficiente primeira, causa por si mesma e incausável, temos demonstrado o que pretendíamos. Se não é uma primeira causa eficiente, é uma causa segunda (*posterior*) enquanto causada por outra ou actuando em virtude de outra, uma vez que a negação *não é incausada* implica a afirmação *é causada*. Admitamos esta outra causa e designemo-la pela letra B. Argumentamos acerca de B como argumentamos para A. Deste modo duas possibilidades se nos oferecem: uma série infinita de causas em que cada uma é segunda relativamente a uma anterior, ou chegaremos a uma causa sem qualquer outra anterior a ela, isto é, a uma causa incausada. Ora uma infinidade na ordem vertical (*in ascendendo*) é impossível e, por outro lado, é absurda uma causalidade circular, pois tudo o que não admite nada anterior a si não pode ser posterior a nada que por definição lhe é posterior. Logo é necessário admitir uma primeira causa<sup>24</sup>.

Aqui surge uma dificuldade. Todos os filósofos rejeitam a causalidade circular por absurda, porque, a ser assim, um mesmo ser seria causa de si mesmo, anterior e posterior a si mesmo enquanto efeito do seu próprio efeito; mas nem todos rejeitam a série infinita de causas lineares. De facto segundo os filósofos (*philosophantes*) é possível

<sup>24</sup> “Aut ergo a se, aut a nihilo vel ab aliquo alio. Non a nihilo, quia nullius est causa illud quod nihil est, nec a se, quia nulla res est quae se ipsam faciat vel gignat. *I De Trinitate*, 1; ergo ab alio. Illud alio sit *a*. Si est *a* primum, hoc modo exposito, propositum habeo; si non est primum, ergo est posterius effectivum, quia effectibile ab alio vel a virtute alterius effectivum, quia si negetur negatio ponitur affirmatio. Detur illud alterum et sit *b*, de quo arguitur sicut de *a* argutum est, et ita aut proceditur in infinitum, quorum quodlibet respectu prioris erit secundum, aut statur in aliquo non habente prius; infinitas autem impossibilis est in ascendendo, ergo primitas necessaria, quia non habens prius nullo posteriore se est posterius, nam circulum in causis esse est inconveniens”. *O.*, I, d. 2, q. 1-2, p. 152.







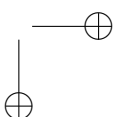
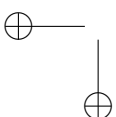
uma infinidade na ordem linear, como, por exemplo, uma série infinita de gerações na qual nenhum membro é primeiro, mas todos são segundos, sem que isso implique o absurdo da série circular. Escoto responde distinguindo entre causas essencialmente ordenadas e causas acidentalmente ordenadas. Segundo ele os filósofos admitiram apenas a possibilidade duma série infinita de causas acidentalmente ordenadas. A primeira tese (impossibilidade dum regresso infinito) permanece de pé se demonstrarmos: *a*) a impossibilidade duma série infinita de causas essencialmente ordenadas, *b*) a impossibilidade duma série infinita de causas acidentalmente ordenadas independentemente duma ordem essencial, *c*) a impossibilidade duma infinidade mesmo negada a ordem essencial.

Antes de procedermos a essa demonstração convém que nos detenhamos, para maior clareza, na análise das características que distinguem as duas ordens de causalidade. E, em primeiro lugar, não devemos confundir as causas essencial ou acidentalmente ordenadas com as causas *per se* ou *per accidens* respectivamente. Com efeito, enquanto nas causas essencial ou acidentalmente ordenadas se trata duma relação entre duas ou mais causas na produção dum mesmo efeito, nas causas *per se* ou *per accidens* a relação confina-se aos dois termos, *causa e efeito*<sup>25</sup>.

Três características principais distinguem as causas essencialmente (*per se*) ordenadas das causas ordenadas acidentalmente (*per accidens*)<sup>26</sup>. Nas causas essencialmente ordenadas (*in causis per se ordinatis*), a segunda causa depende da primeira enquanto causa; o que

<sup>25</sup> “[...] Notandum quod aliud est loqui de causis *per se* et *per accidens* et aliud est loqui de causis *per se* sive essencialiter et accidentaliter ordinatis. Nam in primo est tantum comparatio unius ad unum, scilicet causae ad causatum: et est causa *per se* quae secundum naturam propriam et non secundum aliquid sibi accidens causat, et causa *per accidens* e converso; in secundo est comparatio duarum causarum inter se, in quantum ab eis est causatum”. *O.*, I, d. 2, q. 1-2, p. 153-154.

<sup>26</sup> Ainda que, por vezes, sejam designadas por causas *per se* ou *per accidens* respectivamente, trata-se sempre da relação de duas causas e não da relação entre uma causa e o seu efeito. Cf. Gilson, *op. cit.*, p. 153.

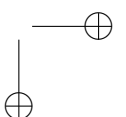
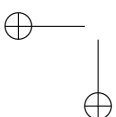




não sucede nas causas acidentalmente ordenadas, embora a segunda possa depender da primeira no seu ser ou sob qualquer outro aspecto. Nas causas essencialmente ordenadas a causalidade das diferentes causas é de natureza e ordem diferentes porque a anterior é respectivamente mais perfeita que a seguinte; ora isto não se observa nas causas acidentalmente ordenadas. Esta diferença resulta da primeira. Com efeito, não podemos dizer que uma causa depende essencialmente de outra da mesma natureza e ordem no causar, uma vez que cada uma delas é suficiente de per si para causar todo o efeito. Última diferença: nas causas essencialmente ordenadas para que o efeito se produza é necessário o concurso simultâneo de todas as causas. A razão é óbvia: porque a causalidade total depende da ordenação essencial de todas as causas parciais. Se a causalidade das segundas depende essencialmente das primeiras, qualquer lacuna na série torna impossível o efeito - faltaria uma causa essencial. Uma tal presença simultânea não é de modo algum requerida nas causas acidentalmente ordenadas<sup>27</sup>.

Estabelecidas estas diferenças, passemos à demonstração das proposições acima referidas.

<sup>27</sup> “Et differunt causae per se sive essentialiter ordinatae a causis per accidens sive accidentaliter ordinatis in tribus. Prima differentia est quod in per se ordinatis secunda in quantum causat dependet a prima, in per accidens non, licet in esse vel in aliquo alio dependeat. Differentia secunda est quod in per se ordinatis est causalitas alterius rationis et alterius ordinis, quia superior est perfectior, in accidentaliter autem ordinatis non; et differentia haec sequitur ex prima, nam nulla causa a causa eiusdem rationis dependet essentialiter in causando, quia in causatione alicuius sufficit unum unius rationis. Tertia est quod omnes causae essentialiter et per se ordinatae simul necessario requiruntur ad causandum, alioquin aliqua causalitas essentialis et per se deesset effectui; in accidentaliter autem ordinatis non est sic, quia non requiritur simultas earum in causando”. *O.*, I, d. 2, q. 1-2, p.154-155.





**a – É impossível uma infinidade de causas essencialmente ordenadas**

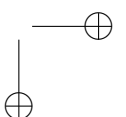
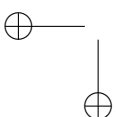
Consideremos a totalidade dos efeitos essencialmente ordenados. Sendo uma totalidade de efeitos deve, por definição, ser causada. Mas a sua causa não pode fazer parte desse conjunto de efeitos, pois que, a ser assim, seria causa de si mesma. Daqui que uma série de causas essencialmente ordenadas pressuponha, por definição, uma causa exterior, não incluída na série. E, tratando-se da totalidade das causas causadas, essa causa é primeira.

Em segundo lugar, numa série de causas essencialmente ordenadas todas as causas devem existir actualmente (2ª característica). Ora se não houver uma causa primeira teremos que admitir um número infinito de causas actualmente existentes. Mas um número infinito de seres actual e simultaneamente existentes é impossível. É necessário portanto que a série termine numa causa primeira.

Em terceiro lugar, porque a própria noção de *anterior* significa, segundo Aristóteles (V da *Metafísica*), “mais próximo do primeiro”. Ora, não havendo uma primeira causa, não poderá haver causas anteriores e posteriores, e, portanto, ordem alguma; falta um termo de referência.

Em quarto lugar, tendo presente a segunda diferença, uma causa superior na ordem da causalidade é também uma causa mais perfeita, uma vez que as outras dela dependem. Por conseguinte a causa dum série infinita de causas seria infinitamente superior a todos os membros da série, infinitamente mais perfeita que todos eles, dum perfeição causal infinita. Como tal, seria capaz de causar por si só, uma vez que o causar em virtude de outra causa envolve imperfeição. E deste modo chegaríamos também aqui a uma causa que não é causada no seu causar e, portanto, a uma causa primeira no sentido acima definido.

Finalmente, o facto de causar, de ser *effectivum*, não implica necessariamente imperfeição. Logo é possível que exista algum ser



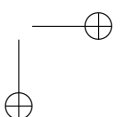
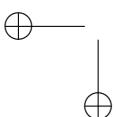


que cause dum modo absolutamente perfeito, isto é, sem depender de outra causa qualquer no causar. E se é possível uma causa absolutamente perfeita também será possível uma causa absolutamente primeira em virtude da sua independência - “ergo effectivitas simpliciter prima est possibilis”. E veremos em seguida que, se uma tal natureza é possível, podemos concluir que existe na realidade<sup>28</sup>.

### **b – Impossibilidade duma série infinita de causas acidentalmente ordenadas**

Como vimos, Escoto não nega a possibilidade duma série infinita de causas acidentalmente ordenadas. Por isso, não intenta provar a sua

<sup>28</sup> “Probatio, tum quia universitas causatorum essentialiter ordinatorum est ab aliqua causa quae non est aliquid universitatis, quia tunc esset causa sui. Tota enim universitas dependentium dependet, et a nullo illius universitatis. Tum quia causa infinitae essent simul in actu, essentialiter scilicet ordinatae, ex tertia differentia supra, quod nullus philosophus ponit. Tum tertio, quia prius est principio propinquius, V da *Metafisica*; ergo ubi nullum principium, nihil essentialiter prius. Tum quarto, quia superior causa est perfectior in causando, ex secunda differentia; ergo in infinitum superior est in infinitum perfectior, et ita infinitae perfectionis in causando, et per consequens non causans in virtute alterius, quia quaelibet talis est imperfecte causans, quia est dependens in causando ab alia. Tum quinto, quia effectivum nullam imperfectionem ponit necessario; ergo potest esse in aliquo sine imperfectione. Sed si nulla causa est sine dependentia ad aliquid prius, in nullo est sine imperfectione. Ergo effectibilitas independens potest inesse alicui naturae, et illa simpliciter est prima; ergo effectibilitas simpliciter prima est possibilis. Hoc sufficit, quia inferius ex hoc concluditur quia tale efficiens primum, si est possibile, est in re”. *O.*, I, d. 2, q. 1-2, p. 157-159. Os primeiros quatro argumentos provaram que a possibilidade de alguma coisa postula necessariamente a possibilidade duma primeira causa como único fundamento capaz (*effectibile simpliciter primum*)- a primeira possibilidade depende essencialmente da segunda. O último chega à mesma conclusão negativamente, isto é, demonstrando que a existência duma causa eficiente dotada dos atributos de perfeição que lhe permitem ser fundamento último de todas as coisas não encerra contradição alguma. Cf. Bettoni, *Antonianum*, XXVIII (1963) 45.

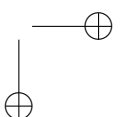
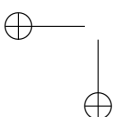




impossibilidade, mas apenas que uma tal série pressupõe necessariamente uma ordem essencial. E sendo impossível uma série infinita nesta ordem, como já ficou demonstrado, também aqui se chegará à mesma conclusão. Basta portanto provar que uma série infinita de causas acidentalmente ordenadas é impossível sem o recurso às causas essencialmente ordenadas.

Numa infinidade de causas acidentalmente ordenadas, a causalidade de cada uma das causas é independente, no seu causar, da causalidade das que a precedem. Numa tal série uma causa posterior pode agir mesmo que a causa anterior tenha já cessado de agir e até de existir. É o que sucede, por exemplo, numa série de gerações em que os filhos podem por sua vez gerar outros filhos mesmo que os pais já tenham falecido. Com efeito, se os filhos devem aos pais o próprio ser, não é em virtude da sua capacidade de gerar que os filhos geram por sua vez. Trata-se duma sucessão de causas dependentes umas das outras no seu ser, mas não no seu agir.

Ora toda a sucessão pressupõe uma permanência em virtude do princípio que afirma não haver variação ou movimento perpétuo sem uma causa permanente. Portanto, uma tal sucessão infinita de causas acidentalmente ordenadas é impossível se não for perpetuada ou continuada por uma natureza de infinita duração, da qual dependem todos e cada um dos membros da série. Uma semelhante causa não pode ser nenhum membro dessa série porque todos são da mesma natureza, isto é, sucessivos, fluentes, transitórios. A causa desse contínuo fluxo será portanto, distinta dele, não incluída nele. E visto que todos os membros desse fluxo dela dependem, gozará duma prioridade essencial (de procedência) a respeito de cada um, diferente da prioridade que todas as outras causas mantêm entre si (precedência) visto fazerem parte da mesma série ou fluxo. Quer dizer, a ordem





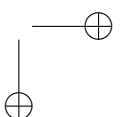
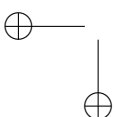
accidental remete-nos necessariamente para a ordem essencial. E esta é inconcebível sem uma primeira causa<sup>29</sup>.

**c – Mesmo negada uma ordem essencial a infinidade é impossível**

A argumentação baseia-se no facto de que alguma coisa pode ser causada. E como nada pode vir do nada, segue-se que alguma natureza é capaz de causar. Se se nega uma ordem essencial entre as causas, essa causa não poderá causar em virtude de nenhuma outra. Será portanto ela mesma um *primum effectivum*, uma primeira causa eficiente, como pretendíamos demonstrar. Admitindo mesmo que seja causada em alguns casos particulares, deverá ser - negada a ordem essencial - incausada pelo menos num caso. Esta necessidade é evidente, porque se em todos e cada um dos casos fosse causada, teríamos, pelo menos, uma ordem accidental de causas. E já vimos que uma tal ordem não pode existir sem uma ordem essencial. Negada portanto a ordem essencial teremos necessariamente de admitir uma causa primeira, isto é, incausada, para se evitar a contradição, admitindo uma ordem accidental<sup>30</sup>.

<sup>29</sup> “[...] Infinitas accidentalis si ponitur, hoc non est simul, patet, sed successive tantum ut alterum post alterum, ita quod secundum aliquo modo fluit a priori. Non tamen dependet ab ipso in causando; potest enim causare illo non existente sicut illo existente, sicut filius generat patre mortuo sicut ipso vivo. Talis infinitas successionis est impossibilis, nisi ab aliqua natura infinite durante, a qua tota successio et quilibet eius, dependeat. Nulla enim deformitas perpetuatur nisi in virtute alicuius permanentis quod nihil est illius successionis, quia omnia successiva illius successionis sunt eiusdem rationis; sed est aliquid prius essencialiter, quia quilibet successionis dependet ab ipso, et hoc in alia ordinatione quam a causa proxima quae est aliquid illius successionis”. *O.*, I, d. 2, q. 1-2, p. 159-160.

<sup>30</sup> “Probatio, quia cum ex prima ratione hic adducta, scilicet quod a nullo nihil potest esse, sequatur quod aliqua natura sit effectiva, si negatur ordo essentialis activorum ergo illa in nullius alterius virtute causat; et licet ipsa in aliquo singulari ponatur causata, tamen in aliquo est non causata, quod est propositum de natura; vel, si in quolibet ponatur causata, statim implicatur contradictio negando ordi-



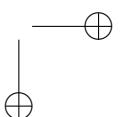
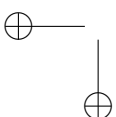


Os argumentos que acabamos de expor, percorrendo todas as possíveis modalidades da relação causal entre os seres, conduzem necessariamente a um primeiro termo, causa primeira de toda a série de causas. Todos se fundam numa propriedade relativa do ser: a de poder ser causado - *aliquid ens est effectibile*.

Duns Escoto aproveita uma objecção real ou suposta para precisar o carácter metafísico da sua argumentação em favor duma primeira causa. A objecção é formulada nestes termos: uma demonstração em sentido rigoroso deve partir de princípios ou premissas necessárias. Ora as premissas baseiam-se no facto de alguma coisa ser causada. Logo não se trata duma verdadeira demonstração. A isto Escoto responde dizendo que, de facto, podemos argumentar a partir do contingente. Neste caso podíamos formular assim o argumento: existe actualmente alguma natureza causada (*aliqua natura est effecta*) porque algum ser é actualmente mudado e portanto o termo desta mudança começa a existir; logo, em virtude da natureza correlativa dos termos, concluímos que existe uma causa eficiente. E, na verdade, um tal argumento seria contingente. Contudo, protesta Escoto, eu não argumento assim ao provar a primeira conclusão (que existe uma primeira causa). Com efeito, a proposição em que se baseia - alguma natureza é susceptível de ser causada (*aliqua natura est effectibilis*) - é uma proposição necessária porque baseada na ordem essencial ou potencial e não na ordem actual, existencial<sup>31</sup>.

nem essentialem, quia nulla natura potest poni in quodlibet causata ita quod sit ordo accidentalis sub ipsa sine ordine essentiali ad aliam naturam”. *O.*, I, d. 2, q. 1-2, p. 160-161.

<sup>31</sup> “Ad secundam instantiam, supra positam, quae dicit quod ratio procedit ex contingentibus et ita non est demonstratio, respondeo quod posset sic argui: aliqua natura est effecta quia aliquid subjectum mutatur, et ita terminus mutationis incipit esse in subjecto, et ita ille terminus vel compositum producitur sive efficitur; ergo est aliquid efficiens, per naturam correlativorum, et tunc potest esse secundum veritatem prima contingens, sed manifesta. Potest sic argui, probando primam conclusionem sic: haec est vera ‘aliqua natura est effectibilis, ergo aliqua est effectiva’. Antecedens probatur, quia aliquid subjectum est mutabile, quia aliquid entium est possibile distinguendo possibile contra necessarium, et sic procedendo

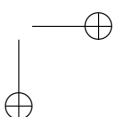
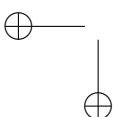




Há que evitar aqui *dois* escolhos em que frequentemente tropeçam não poucos comentadores do Subtil, adverte-nos Gilson. O primeiro seria o de sermos mais uma vez tentados a pensar que a argumentação escotista, pelo facto de partir do possível, abandona a ordem real pela ordem lógica dos conceitos. Nada mais falso, pois, como já foi observado, o possível é tomado aqui por oposição a necessário, valendo o mesmo que contingente. Isto torna-se mais claro ainda ao dissiparmos um outro possível equívoco. Este consistiria em pensar que argumentar a partir da realidade equivale a argumentar a partir da existência empírica deste mesmo real. Nada mais estranho à intimidade do pensamento escotista. A metafísica escotista ocupa uma posição média entre a física e a lógica; mais próxima da física porque ambas são reais, todavia dela distinta porque considera outro aspecto da realidade. Enquanto a física se ocupa do ser sensível, contingente, a metafísica trata da essência desse mesmo ser. O ponto de partida da argumentação não é qualquer mudança actualmente verificada, o movimento por exemplo, mas a própria mobilidade do móvel, a própria mutabilidade do que muda, a *possibilidade* portanto do próprio possível. Por outras palavras, não partimos duma existência física para inferir a sua causa, mas duma determinação real do ser metafísico, da sua *causabilidade* para inferir uma outra sua determinação real, a sua *causabilidade* e, finalmente, concluir ainda para uma outra determinação real, a sua *causalidade primeira*. A própria essência do causável implica a existência duma causa primeira. Não se pode dizer que a ordem da existência é abandonada, pois se argumenta sobre a própria essência do actualmente existente. A causalidade do ser funda-se na causalidade existente<sup>32</sup>. Com efeito, é do facto de que algum ser muda e, portanto, de que algum ser é possível (tomando possível por oposição a necessário) que concluímos que algum ser pode ser causado (é causável, efectível). A legiti-

ex necessariis. Et tunc probatio primae conclusionis est de esse quiditative sive de esse possibili, non autem de existentia actuali”. *O.*, I, d. 2, q. 1-2, p. 161-162.

<sup>32</sup> Sobre este problema ver Gilson, *Op. cit.*, p. 136 ss.



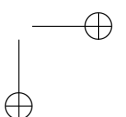
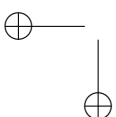




midade desta conclusão é óbvia, pois que a existência de qualquer facto implica necessariamente a sua possibilidade (se alguma coisa é, é porque pode ser), segundo o princípio lógico: há procedência na conclusão do ser para o poder-ser (*de esse ad posse vallet illatio*). Fica portanto garantido, por um lado, que a primeira premissa (*aliqua natura est effectibilis*) não pertence à ordem da existência, mas sim da essência ou possibilidade já que não inclui em si mesma nenhuma afirmação de facto e, por outro lado, que se baseia num facto, a saber, na existência de algum efeito ou ser-causado (*aliquid est effectum ou aliqua natura est effecta*). Só a possibilidade do ser, que é real, nos permitirá atingir o ser necessário.

Ficou estabelecido, através de três casos diferentes (ordem essencial, ordem accidental e ausência de qualquer ordem), que a essência do causável (efectível) implica a essência duma causa primeira incausada. Temos portanto demonstrada a primeira conclusão: a existência duma causa eficiente absolutamente primeira.

A segunda conclusão, *primum effectivum est ineffectibile* (incausável), deriva necessariamente da primeira, explicitando-a. Com efeito, a primeira causa eficiente enquanto primeira não pode depender de outra; é absolutamente independente e portanto incausável (*ineffectibilis*). Esta incausabilidade deve ser entendida em toda a sua extensão, isto é, considerar-se válida não só da causalidade eficiente, mas também da causalidade material, formal e final. A exclusão das três últimas causas deriva da exclusão da primeira, tornando-a mais explícita. A primeira causa eficiente não pode ter causa final porque sendo esta aquilo que move, metaforicamente falando, o agente (causa eficiente), a produzir o efeito, não pode existir se falta aquela; além de que se a causa eficiente primeira é absolutamente independente, como se estabeleceu, não poderá depender dum fim extrínseco a si mesma. Não podendo ser produzida, a causa eficiente primeira não pode estar subordinada a uma causa final. E com maior razão não poderá ter causa material nem formal, uma vez que estas causas, sendo internas, exigem as causas externas (eficiente e final) que as

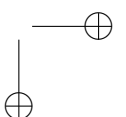
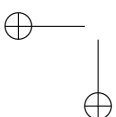




realizem ou actualizem. Ora as causas externas (eficiente e final) já foram excluídas. Se, portanto, a primeira causa eficiente carece de qualquer outra causa extrínseca na sua acção, com maior razão carecerá das causas intrínsecas, no seu ser, isto é, de modo algum poderá ser composta de causa material e formal. Numa palavra, a causa absolutamente primeira é, por isso mesmo, absolutamente incausável<sup>33</sup>.

Resta a terceira e última fase da prova, ou seja, que o primeiro eficiente existe em acto ou, por outras palavras, que uma natureza actualmente existente é uma causa eficiente primeira. Passemos à demonstração. Aquilo a cuja definição ou natureza repugna contraditoriamente ser por outro, se pode ser, pode ser por si mesmo. Ora à essência da primeira causa eficiente repugna absolutamente ser por outro, como ficou demonstrado pela segunda conclusão. E, por outro lado, esta primeira causa eficiente é possível, como ficou estabelecido pelos diversos argumentos em favor da primeira conclusão.

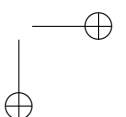
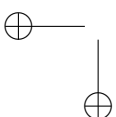
<sup>33</sup> “Secunda conclusio de primo effectivo est ista, quod simpliciter primum effectivum est incausabile. Hoc probatur, quia est ineffectibile independens effectivum. Hoc patet prius, quia si sit virtute alterius causativum vel ab alio effectibile, ergo vel processus in infinitum, vel circulus, vel status in aliquo ineffectibili independente effectivo; illud dico primum, et aliud patet quod non est primum ex datis tuis. Ergo et ulterius concluditur: si primum illud est ineffectibile ergo incausabile, quia non est finibile, nec materiabile, nee formabile. Probatur consequentia prima, scilicet quod si est ineffectibile, ergo est infinibile, quia causa finalis non causat nisi quia causa movet metaphorice ipsum efficiens ad efficiendum, nam alio modo non dependent entitas finiti ab ipso ut a priori: nihil autem est causa per se nisi ut ab ipso tanquam a priori essentialiter dependet causatum. Duae autem alias consequentiae, scilicet quod si est ineffectibile, ergo est immateriabile et informabile, probantur simul, quia cuius non est causa extrinseca, nec intrinseca, quia causalitas causae extrinsecae dicit perfectionem sine imperfectione causalitas vero causae intrinsecae necessario dicit imperfectionem annexam, quia causa intrinseca est pars causati; igitur ratio causae extrinsecae est naturaliter prior ratione causae intrinsecae. Negato igitur priori negatur et posterius. Probantur etiam eadem consequentiae, quia causae intrinsecae sunt causatae ab extrinsecis vel secundum esse earum vel in quantum causant compositum, vel utroque modo, quia causae intrinsecae non se ipsis sine agente constituunt compositum”. *O.*, I, d. 2, q. 1-2, p. 163-164.





Uma causa primeira pode portanto existir por si. E se pode existir por si, existe de facto por si, porque de outra sorte nunca poderia existir por si. Com efeito, se não existisse por si, uma vez que pode existir por si, teríamos que o não-ser daria o ser a alguma coisa, o que é impossível; ou então, que uma coisa se criaria a si mesma, o que implica contradição, pois deste modo a primeira causa deixaria de ser incausável, isto é, deixaria de ser primeira. Por outras palavras: se essa causa primeira não existisse, seria ou impossível porque incausável, ou causável porque possível. E como ambas as alternativas envolvem contradição, a primeira causa eficiente se pode existir por si, existe necessariamente por si<sup>34</sup>. Escoto chega à mesma conclusão por uma outra via, considerando que, a não ser assim, o mundo ficaria privado do supremo grau do ser possível “*Tertia conclusio de primo effectivo est ista: primum effectivum est in actu existens et aliqua natura vere existens actualiter sicut est effectiva. Probatio istius: cuius rationi repugnat esse ab alio, illud si potest esse, potest esse a se; sed rationi primi effectivi simpliciter repugnat esse ab alio, sicut patet ex secunda conclusione; similiter et ipsum potest esse, sicut patet ex prima ubi posita est quinta probatio ad a, quae minus videtur concludere et tamen hoc concludit. Aliae autem probationes ipsius a possunt tractari de existentia quam proponit haec tertia conclusio, et sunt de contingentibus, tamen manifestis; vel accipiantur a de natura et quiditate et possibilitate, et sunt ex necessariis. Ergo effectivum simpliciter primum potest esse ex se. Quod non est a se non potest esse a se, quia tunc non-ens produceret aliquid ad esse, quod est impossibile, et adhuc, tunc illud causaret se et ita non esset incausabile omnino. Illud ultimum, scilicet de existentia primi effectivi aliter declaratur, quia inconveniens est universo deesse supremum gradum possibilem in essendo*”. O., I, d. 2, q. 1-2, p. 164-165.. Admitir semelhante coisa seria expor-se a um grave inconveniente cujas consequências seriam intoleráveis. Ph. Boehner explica deste modo o que parece ser o pensamento de Escoto: se o supremo grau de ser,

<sup>34</sup> Cf. Gilson, *Op. cit.*, p. 142.





sendo possível, não existe, qualquer existência dada seria ininteligível, a sua existência seria um mero acaso; o resultado seria o caos intelectual<sup>35</sup>.

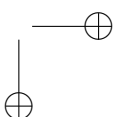
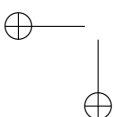
Escoto condensa estas três conclusões num corolário único, que podemos traduzir assim: a primeira causa não só é anterior a todos os outros seres, mas ainda exclui contraditoriamente que alguma coisa lhe seja anterior, e, por isso, enquanto primeira, existe de facto<sup>36</sup>. Este raciocínio parece deduzir-se do seguinte princípio que lhe é implícito: a possibilidade e incausabilidade da primeira causa incluem a *asseidade* e esta, por sua vez, inclui a existência. Na verdade se, por um lado, é possível que alguma coisa exista por si (*a se*), e, por outro lado, envolve contradição que exista por outro (incausabilidade), então é por si (*a se*) e por conseguinte existe.

Ao terminarmos a exposição da prova da primeira causa eficiente será oportuno completar as observações anteriormente feitas em ordem a dissipar possíveis equívocos.

Se Escoto argumenta a partir da ordem essencial, do possível, fá-lo, como já dissemos, por exigências da sua metafísica, sem com isso negar valor às provas que se baseiam na existência empiricamente dada, como por exemplo as de S. Tomás. Como diz Gilson, a preferência pelas provas *ex necessariis* deriva logicamente duma *série* de outras preferências metafísicas de tal modo importantes que, no conjunto, constituem uma noética e uma antologia completamente diferentes das de S. Tomás. Com efeito, explica Gilson, Duns Escoto e S. Tomás não possuem a mesma noção de ser, nem de essência,

<sup>35</sup> Ph. Boehner, *Escoto, El doctor sutil (pro manuscripto)*, Jalisco, México, 1954, p. 115.

<sup>36</sup> “Juxta tres conclusiones ostensas de effectivo primo nota corolarium quoddam, quod quasi continet tres conclusiones probatas, quod scilicet primum effectivum non tantum est prius aliis, sed quo prius aliud esse includit contradictionem, sic in quantum primum existit. Probatur ut praecedens; nam in ratione talis primi maxime includitur incausabile, probatur ex secunda; ergo si potest esse (quia non contradicit entitati, ut probatur ex prima), sequitur quod potest esse a se, et ita est a se”. *O.*, I, d. 2, q. 1-2, p.165.





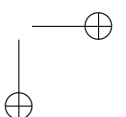
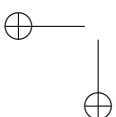
nem de existência, nem das suas relações mútuas nem das suas relações com a inteligência humana. É por isto mesmo que o facto de Escoto inferir da possibilidade duma primeira causa eficiente in-causável a sua existência actual não autoriza de modo algum a conclusão diversamente formulada por certos críticos de que “a pretensa demonstração a posteriori se transforma numa demonstração a priori”<sup>37</sup>. A este propósito Gilson, tomista honesto e crítico sagaz, é categórico quando afirma ser insustentável que em algum momento da sua prova Escoto proceda *a priori*. Escoto afirma mais do que uma vez que a demonstração da existência dum ser infinito, embora, de si mesma, demonstrável *propter quid, a priori*, para nós só o pode ser mediante uma demonstração *quia, a posteriori*, portanto, ou seja, a partir dos efeitos (*ex creaturis*). O que provoca a ilusão contrária, observa argutamente Gilson com uma certa ponta de ironia, é o facto de se esquecer pelo caminho - e não é Escoto que esquece mas sim o seu leitor - qual o aspecto da criatura (do efeito) que é objecto da consideração do metafísico. Ora trata-se do ser mesmo da criatura, o qual permanece inalterado ainda que considerado sob o aspecto de *ens commune* e precisamente segundo a sua propriedade característica de ser *causável* deduzida da sua condição de ser *criatura*<sup>38</sup>. O muito que se poderá dizer é que a argumentação de Escoto é extremamente abstracta, como tantas outras, mas mantém-se exactamente ao nível do objecto da sua metafísica<sup>39</sup>. Baseada nas propriedades reais de *causalidade* e de *efectibilidade*, que pertencem de facto ao ser criado, será sempre uma demonstração *quia* dum extremo ao outro sem se metamorfosear por um momento sequer numa demonstração *propter quid*<sup>40</sup>.

<sup>37</sup> E. Pluzanski, *Essai sur la philosophie de Duns Scot*, Paris, 1888, p. 139; Gilson, *Op. cit.*, p. 140.

<sup>38</sup> Gilson, *Op. cit.*, p. 140.

<sup>39</sup> Permitimo-nos observar que nenhum grau de abstracção por mais elevado que seja poderá ser critério decisivo da falsidade duma doutrina. Isto parece querer significar Gilson no lugar acima referido.

<sup>40</sup> Gilson, *Op. cit.*, p. 141.





Passar dialecticamente do possível dado ao necessário neste possível implicado não significa partir da essência infinita de Deus como dum dado mas remontar até ela mediante uma demonstração *quia*, para através dela concluir a sua existência<sup>41</sup>. Também aqui se não pode falar duma passagem ilegítima da ordem ideal, lógica, para a ordem real, da existência. A possibilidade de que aqui se fala é, como já ficou assinalado, uma possibilidade positiva, baseada na e deduzida da ordem actual, concreta. A prova de que alguma coisa é efectível (susceptível de ser causada) é o facto de que existe alguma coisa causada, de que existem efeitos. E como do ser ao poder ser é legítima a inferência... Portanto o último elemento da prova, a existência da primeira causa, não aparece aqui gratuitamente.

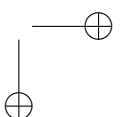
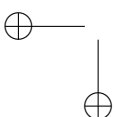
Será dar prova de grande ingenuidade persistir em catalogar a demonstração escotista entre as provas *a priori* pelo facto de “concluir a existência a partir duma ideia”<sup>42</sup>. A maneira como Gilson responde parece-nos absolutamente pertinente e definitiva. “Sem dúvida, diz, Escoto conclui a existência duma ideia, mas donde poderia ele concluí-la? Os que negam a possibilidade de concluir Deus duma ideia negam também geralmente a possibilidade de O concluir por qualquer outro meio. O problema está em saber se esta ideia é uma pura forma lógica ou se possui um conteúdo real extraído da experiência. Ora tudo depõe a favor da segunda hipótese. No espírito de Escoto, a sua demonstração não é menos fundada *a posteriori* do que as provas tomistas; a experiência donde arranca é que diverge. Apoiar-se nas propriedades do ser comum do qual se ocupa esta ciência 'real' que é a metafísica é atribuir a existência necessária a um ser que se conclui a partir das propriedades metafísicas do ser dado”<sup>43</sup>.

---

<sup>41</sup> *Ibid.*

<sup>42</sup> Pluzanski, *op. cit.*, p. 139.

<sup>43</sup> Gilson, *Op. cit.*, p. 141.





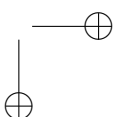
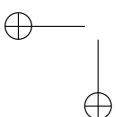
## B – A existência de uma primeira Causa Final

Escoto limita-se a delinear brevemente as provas que concluem um ser absolutamente primeiro e um primeiro ser eminente, uma vez que o mecanismo da demonstração é o mesmo que nos conduziu a uma primeira causa eficiente. Também aqui o ponto de partida é a observação empírica considerada no seu aspecto metafísico. Aristóteles ensinou, com efeito, que toda a natureza age em vista dum fim. Facto particularmente evidente, ajunta Escoto, quando se trata dum agente dotado de conhecimento intelectual. Uma vez que o homem tem sempre uma finalidade no seu agir podemos concluir com toda a lógica que há finalidade no ser. E, portanto, considerando esta experiência no seu aspecto metafísico, teremos que algum ser pode ser ordenado a um fim, isto é, pode ser *finível* (*finibile*).

Analisemos mais de perto esta finalidade nos seres, para melhor lhe apreendermos o sentido e o de toda a argumentação subsequente. Todo o ser enquanto tal tem um sentido, um significado próprio, intrínseco; pelo facto de ser determinado ser encerra em si mesmo uma finalidade própria. Logo ao provar-se que algum ser é causável afirma-se ao mesmo tempo, embora implicitamente, que é ordenável ao próprio fim ou *finível*. Donde o poderemos concluir que tudo o que tem uma causa eficiente tem por isso mesmo uma causa final: “aliquid est finibile [...] quia aliquid est effectibile”<sup>44</sup>.

Os mesmos argumentos que provaram a existência dum primeiro efectivo a partir dum efectivo provam agora a existência dum primeira causa final a partir dum *finível*. Exemplifiquemos. Se tudo o que age age em vista de um fim, tudo tem uma causa final. Esta causa final é ela mesma absoluta ou ordenada, por sua vez, a uma outra causa final. Ora a totalidade de seres subordinados pela relação de finalidade tem que depender dum fim ele mesmo absoluto e portanto estranho à série, sem o que teremos ou uma série infinita de fins, com todos os inconvenientes já apontados a propósito do pri-

<sup>44</sup> Duns Scotus, *De Primo Principio*, p. 51.



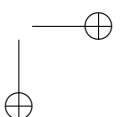
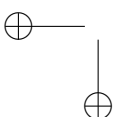


meiro eficiente, ou um círculo vicioso em que cada fim é fim de si mesmo. Deste modo temos que admitir uma causa final absolutamente primeira: “aliquod finitivum est simpliciter primum, hoc est nec ad aliud ordinabile, nec in virtute alterius notum finire alia”<sup>45</sup>. O mundo tem assim uma finalidade exterior a si mesmo não subordinada a outro fim.

De igual modo se prova que a primeira causa final é incausável em qualquer ordem de causalidade. Com efeito, carece de causa final precisamente porque primeira. Também não possui causa eficiente porque tudo o que carece de causa final não tem, por isso mesmo, causa eficiente. Demonstra-se: se toda a causa eficiente agindo por si, isto é, não por acidente ou por acaso, age em vista dum fim, o que não pode constituir fim de nenhuma acção também não pode ser efeito de nenhuma acção. Por outras palavras, num mundo em que a finalidade acompanha necessariamente a eficiência, o que não pode ser subordinado a um fim, não pode por isso mesmo ser causado. Deste modo o primeiro finível (a causa final primeira) é absolutamente inefectível ou incausável por definição. Por outro lado, carecendo de causa eficiente e de causa final, carece também necessariamente de causa material, como já foi demonstrado<sup>46</sup>.

<sup>45</sup> *O.*, I, d. 2, q. 14, p. 165-166. “Et probatur quinque probationibus similibus illis quae ponebantur ad primam conclusionem de primo effectivo”. *Ibid.*

<sup>46</sup> “Secunda est quod primum finitivum est incausabile. Probatur, quia infinitibile, alias non primum; et ultra, ergo inefectibile. Haec consequentia probatur, quia omne per se agens agit propter finem, ex II Physicorum, ubi etiam hoc vult Philosophus de natura, de quo minus videtur quam de agente a proposito. Sed cuius non est aliquod per se efficiens, illud non est effectibile, quia in nullo genere potest per accidens esse primum, sicut patet in proposito, specialiter de causis agentibus per accidens, quae sunt casus et fortuna, quae secundum Aristotelem II Physicorum reducuntur necessario ad causas per se agentes, ut priores, scilicet ad naturam vel intellectum vel propositum. Cuius igitur non est aliquod per se agens, eius nullum erit agens; sed cuius non est finis, eius non est aliquod per se agens: ergo ipsum erit inefectibile, nam finibile excellitur a fine in bonitate et per consequens in perfectione, et ultra ut supra ostensum est de causa effectiva prima”. *O.*, I, d. 2, q. 1-2, p. 166.







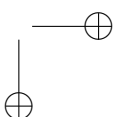
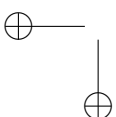
De igual modo se demonstra a sua existência actual. Uma vez que a finalidade é uma propriedade do ser (*aliquid est finitivum*) e só é possível se admitirmos um último fim, este, se é possível, existe necessariamente. Ora o conceito de causa final primeira não envolve contradição, pois nenhuma repugnância se observa entre os termos. Por outro lado, a possibilidade da primeira causa final não lhe vem de si mesma porque é absolutamente incausável; e muito menos do nada, uma vez que do nada nada pode vir. A conclusão só pode ser esta: é possível porque existe, isto é, a sua existência é a única razão suficiente da sua possibilidade.

Um corolário semelhante ao estabelecido para a primeira causa eficiente resume as três conclusões estabelecidas (infinibilidade, incausabilidade, existência): uma primeira causa final é de tal modo primeira que não admite nenhuma outra anterior a si e, portanto, a sua possibilidade só pode ser explicada se admitirmos a sua existência<sup>47</sup>.

## **C – A existência de uma primeira Natureza Eminente**

O mesmo processo e os mesmos elementos são utilizados por Escoto na terceira via, ou seja, na demonstração da existência duma natureza absolutamente primeira na ordem da eminência (segundo a perfeição). O aspecto metafísico considerado é portanto o da causa formal. A realidade sobre a qual se apoia é a relação hierárquica que vigora entre as diversas formas ou naturezas, pois, segundo Aristóteles, estas formas ordenam-se como os números, isto é, numa relação de maior ou menor perfeição. O fim a que alguma coisa se ordena ou é ordenável constitui um determinado grau de perfeição e portanto a ordem dos fins constitui uma ordem de perfeição. E por isso mesmo o

<sup>47</sup> “Corollarium: sequitur quod primum est ita primum quod impossibile est prius esse, et probatur ut corollarium in via priori”. *O.*, I, d. 2, q. 1-2, p. 167.





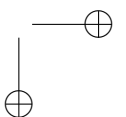
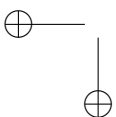
que é absolutamente primeiro na ordem da finalidade sê-Ío-á também na ordem da perfeição ou eminência. De facto, é necessário admitir um primeiro termo na hierarquia das formas quer estas se encontrem ordenadas essencial ou acidentalmente. E bastará provar essa necessidade para o primeiro caso visto que todos os outros casos possíveis postulam finalmente uma ordem essencial.

A prova consiste em demonstrar mais uma vez que as perfeições inerentes à totalidade das formas não podem escalonar-se numa série infinita nem causar-se circularmente umas às outras nem provir do nada. Teremos que admitir necessariamente uma natureza suprema ou primeira na ordem da perfeição ou formalidade<sup>48</sup>.

Uma tal natureza é manifestamente incausável. Com efeito, o fim excede em bondade e, portanto, em perfeição, tudo quanto é ordenado a esse fim. Ora a natureza suprema em perfeição não pode ser ordenada a um outro fim porque este devia ser-lhe superior, o que envolve contradição. Portanto a natureza suprema é *infinível* (não ordenada a outro fim). E como tal não pode depender duma causa eficiente nem de qualquer outra causa. Podemos chegar à mesma conclusão se considerarmos que todo o efeito depende duma causa essencialmente ordenada e esta, como tal, excede em perfeição o seu efeito; daí que o ser supremo não possa ter causa eficiente. Sendo possível uma tal natureza, a mesma conclusão que vimos anteriormente se impõe aqui. Uma natureza supremamente eminente cuja possibilidade por definição não pode derivar nem do nada nem de outra coisa senão de si mesma tem de existir de facto: a sua existência é a única razão plausível e suficiente da sua possibilidade<sup>49</sup>.

<sup>48</sup> “Alíqua natura eminens est simpliciter prima secundum perfectionem. Hoc patet, quia inter essentias ordo essentialis, quia secundum Aristotelem formae se habent sicut numeri, VIII Metaphysicae; in hoc ordine statur, quod probatur illis quinque rationibus quae de statu in effectivis sunt superius”. *Ibid.*

<sup>49</sup> “Secunda conclusio est quod suprema natura est incausabilis. Probatur, quia est infinibilis, ex praecedentibus; ergo inefficibilis, et ultra, ergo incausabilis. Istae duae consequentiae sunt probatae in secunda conclusione de effectivis. Item quod suprema natura sit inefficibilis probatur, nam omne effectibile habet ali-





Um corolário semelhante resume estas conclusões: implica contradição nos termos admitir qualquer ser superior ou mais perfeito do que essa natureza, por definição, suprema<sup>50</sup>.

Façamos o inventário das aquisições até aqui estabelecidas. Em cada um dos três casos considerados fomos levados a admitir como necessárias uma primeira causa eficiente, uma primeira causa final e uma natureza primeira em perfeição. Porém o alvo que Escoto pretende atingir mediante o raciocínio fica ainda distante. Trata-se, com efeito, de provar a existência dum ser infinito. Para tal Escoto procede gradualmente deduzindo com grande rigor todas as consequências lógicas que constituem os momentos decisivos do encandeamento demonstrativo. Assim, em primeiro lugar, mostrará que as três primazias convergem e coincidem numa mesma natureza e só depois, em momentos sucessivos, demonstrará a sua unicidade e infinidade.

## II

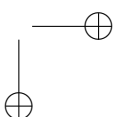
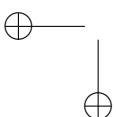
### A UNIDADE DAS TRÊS PRIMAZIAS NUMA MESMA NATUREZA

Com base na primazia absoluta de cada uma das três naturezas facilmente se depreende que todas mutuamente se implicam. Assim e, em primeiro lugar, a primeira causa eficiente identifica-se com a

---

quam causam essentialiter ordinatam, sicut patet ex probatione ipsius in conclusione prima de primo effectivo; causa autem essentialiter ordinata excellit effectum". *O.*, I, d. 2, q. 1-2, p. 167-168.

<sup>50</sup> "Corollarium: aliquam esse naturam eminentiorem vel superiorem ipsa includit contradictionem; probatur ut corollarium de efficiente et fine". *O.*, I, d. 2, p. 168.





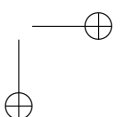
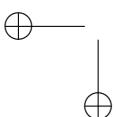
primeira causa final. Já ficou demonstrado que a primeira causa eficiente é incausável e que, portanto, não depende de nenhuma causa final. Por outro lado, o agente *per se* age em vista de um fim: um agente anterior age em vista de um fim anterior. Por conseguinte a primeira causa eficiente age em vista do primeiro fim. Ora nada para além da primeira causa eficiente pode ser seu fim; logo o último fim coincide com a primeira causa eficiente<sup>51</sup>.

Em segundo lugar, a primeira causa eficiente coincide com a primeira eminente. Com efeito a causa primeira só o é enquanto causa da totalidade das outras causas. Como tal não pode fazer parte dessa série ou colecção de causas. Isto equivale a dizer que é dum outra ordem ou natureza. Por outras palavras, a causa eficiente primeira não é uma causa unívoca, mas equívoca e, portanto, transcende os seus efeitos em nobreza e perfeição<sup>52</sup>. Por conseguinte a primeira causa eficiente é também a mais perfeita (eminente).

---

<sup>51</sup> “Quantum ad secundum articulum dico quod primum efficiens est ultimum finis. Probatio, quia omne efficiens per se agit propter finem, et prius efficiens propter finem priorem; ergo primum efficiens propter ultimum finem. Sed propter nihil aliud a se principaliter et ultimate agit; ergo propter se sicut propter finem. Ergo primum efficiens est primus finis”. *O.*, I, d. 2, q. 1-2, p. 168-169.

<sup>52</sup> “Similiter, primum efficiens est primum eminens. Probatur, quia primum efficiens non est univocum respectu aliarum naturarum effectivarum, sed aequivocum; ergo eminentissimum”. *O.*, I, d. 2, q. 1-2, p. 169.





### III

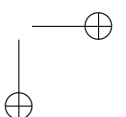
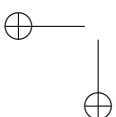
## A UNICIDADE DA NATUREZA DOTADA DA TRÍPLICE PRIMAZIA DE EFICIÊNCIA, FINALIDADE E EMINÊNCIA

Ficou demonstrado que uma primazia inclui as outras duas, isto é, que qualquer natureza que possua uma possuirá necessariamente as outras duas. Resta provar que essa natureza é única, isto é, que só pode haver uma natureza na qual concorram juntamente as três primazias.

Podemos reduzir a demonstração à primeira causa eficiente já que as outras primazias se acham incluídas nesta. Para tal Escoto baseia-se numa conclusão preliminar deduzida ela também do facto de a primeira causa eficiente ser absolutamente primeira: a sua necessidade<sup>53</sup>.

Pelo facto de ser absolutamente incausável a primeira causa eficiente é *a se*, necessária, *ex se necesse esse*. Esta afirmação deve entender-se em sentido absoluto, significando que uma tal causa é essencialmente indestrutível. Para que não existisse teria de ser impedida ou destruída por alguma contradição interna ou por outro qualquer factor externo. No primeiro caso, deixaria simplesmente de ser possível, o que implica contradição. No segundo caso, deixaria de

<sup>53</sup> “Ad quod ostendendum ostendo primo quandam conclusionem praeambulam et secundo principalem conclusionem”. *O.*, I, d. 2, q. 1-2, p. 170.

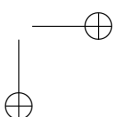
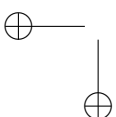




ser a natureza suprema que afirmamos. Com efeito, essa outra causa ou seria *a se* ou *ab alio*. Se *a se*, teríamos duas naturezas *a se* incompatíveis entre si, o que implica a sua impossibilidade porque se destruiriam mutuamente. Se *ab alio*, teria que ser causada pela primeira causa e, por conseguinte, a primeira causa produziria um efeito mais forte e nobre que ela mesma, o que implica contradição. Por outras palavras, uma causa segunda produziria um efeito superior ao próprio ser da primeira causa porque a destruiria. Ora isto equivale a afirmar que o ser dependente (causa segunda) é superior ao ser independente (causa primeira), o que é manifestamente contraditório. Daqui segue-se que a primeira natureza, se existe, não pode deixar de existir, porque nenhuma outra natureza a pode destruir. É portanto *a se*, ou seja, necessária<sup>54</sup>.

Sendo necessária esta natureza, é, por isso mesmo, una. Primeiramente porque se houvesse, por exemplo, duas naturezas necessárias, seria impossível distingui-las. De facto duas naturezas necessárias deverão distinguir-se por realidades próprias, exclusivas de cada uma delas. Representemo-las convencionalmente pelas letras A e B. Duas hipóteses podem ser formuladas a seu respeito: essas propriedades, A e B, ou são formalmente necessárias ou não. No primeiro caso,

<sup>54</sup> “Praeambula autem est quod efficiens quod est primum hac triplici primitate est necesse esse ex se. Probatio, quia est penitus incausabile, nam contradictionem includit aliquod esse prius eo in genere causae efficientis vel finis et per consequens in genere cuiuscumque causae; ergo est omnino incausabile. Ex hoc arguo: nihil potest non esse nisi cui aliquid impossibile positive vel privative potest esse; ei autem quod est a se et penitus incausabile non potest aliquid esse quod ei sit impossibile positive vel privative; ergo etc. Maior patet, quia nullum ens potest destrui nisi per impossibile sibi vel positive vel privative. Minor probatur, quia illud impossibile aut potest esse a se, aut ab alio; si a se et est a se, erit igitur duo impossibilia simul, vel neutrum est, quia utrumque destruit esse alterius; si ab alio, contra: nulla causa potest destruere aliquod ens propter repugnantiam sui effectus ad illud nisi suo effectui perfectius et intensius esse det quam sit esse illius alterius destructibilis; nullius entis ab alio est nobilior esse a causa sua quam sit esse necessarii a se, quia omne causatum habet esse dependens, sed quod est ex se habet esse independens”. *O.*, I, d. 2, q. 1-2, p. 170-171.



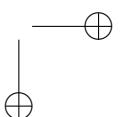
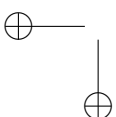


devem entrar ambas na constituição das duas naturezas necessárias, visto tanto uma como outra serem causas formais do ser necessário. E assim cada natureza necessária teria duas causas formais da sua necessidade, o que se torna impossível pelas consequências absurdas que daí derivam. Com efeito, para que sejam verdadeiramente duas, uma não poderá incluir a outra; e como cada uma delas basta para constituir um ser necessário, poderíamos excluir qualquer delas sem que esse ser deixasse de ser necessário. Por conseguinte teríamos que uma natureza era necessária por uma razão, sem a qual não deixaria de ser necessária. No segundo caso, isto é, se A e B não são propriedades formalmente necessárias, não pertencem ao ser necessário e, por conseguinte, não o podem diversificar<sup>55</sup>.

Um segundo argumento funda-se na impossibilidade de duas naturezas supremas em perfeição. As espécies comportam-se como os números, segundo Aristóteles. Logo, a ideia de duas naturezas distintas, enquanto supremas, equivaleria à ideia de duas naturezas distintas enquanto idênticas. Portanto não podem existir duas naturezas supremas. Pela mesma razão também não podem existir duas causas eficientes primeiras uma vez que se identificariam. Portanto dois seres necessários são inconcebíveis em qualquer género de causa que os imaginemos<sup>56</sup>.

<sup>55</sup> “[...] probatur unitas naturae primae [...] Primo sic, quia si duae naturae sunt necesse esse, aliquibus rationibus propriis realibus distinguuntur, et dicantur a et b. Illae rationes aut sunt formaliter necessariae, aut non. Si sic, igitur utrumque duabus rationibus formalibus erit necesse esse, quod est impossibile, quia cum neutra illarum rationum per se includat aliam utraque istarum circumscripita esset necesse esse. Si vero per illas rationes quibus distinguuntur neutrum sit formaliter necesse esse, igitur illae rationes non sunt rationes necessario essendi, et ita neutrum includitur in necesse esse, quia quaecumque entitas non est necesse esse, est de se possibilis, sed nihil possibile includitur in necesse esse”. *O.*, I, d. 1-2, p. 171-172.

<sup>56</sup> “Secundo probatur, quia duae naturae eminentissimae non possunt esse in universo; ergo nec duo prima effectiva. Probatio antecedentis, quia species se habent sicut numeri, ex *VIII Metaphysicae*, et per consequens duae non possunt esse in eodem ordine; ergo multo minus nec duae primae vel duae eminentissimae”. *O.*, I, d. 2, q. 1-2, p. 172.

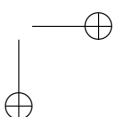
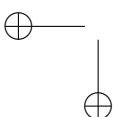




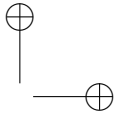
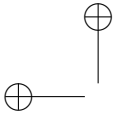
Ainda um terceiro argumento baseado na causa final. Admitir dois fins últimos equivaleria a admitir dois sistemas de seres, constituídos pela relação a cada um dos fins. Deste modo nenhum universo seria possível porque não haveria relação alguma entre os diferentes seres das duas ordens. A consequência é evidente, pois é impossível que um mesmo ser tenha duas causas perfeitas e totais; de contrário, haveria uma causa que causaria por si mesma o efeito sem ser contudo necessária, pois esse efeito poderia ser causado pela outra causa. Donde se conclui que os seres ordenados a um fim não poderiam estar ordenados a outro e nenhum universo seria possível. Isto mesmo pode ser confirmado por um argumento mais geral, baseado na noção de dependência. Nenhum ser pode depender totalmente de dois termos porque, eliminado um deles, continuaria a depender em virtude do outro. E portanto não dependeria verdadeiramente de nenhum deles porque tanto podia ser eliminado um como outro. Para evitar o absurdo de tal consequência diremos que não pode depender pelo menos dum desses dois termos. Ora todos os seres dependem essencialmente dum primeiro eficiente, dum primeiro fim e dum primeiro eminente. Haverá portanto uma só natureza dotada desta tríplice primazia da qual todos os seres dependem segundo esta mesma tríplice dependência<sup>57</sup>.

Deste modo fica assegurada a existência dum primeiro ser ab-

<sup>57</sup> “Hoc etiam patet tertio per rationem de ratione finis, quia duo fines ultimi si essent, haberent duas coordinationes entium ad se ita quod ista entia ad illa nullum ordinem haberent, quia nec ad finem illorum, nam quae ordinantur ad unum finem ultimum, non possunt ordinari ad alium, quia eiusdem causati duas esse causas totales et perfectas in eodem ordine est impossibile; tunc enim aliquid esset in aliquo ordine per se causa, quo non posito nihil minus esset causatum illud. Ordinata ergo ad unum finem nullo modo ordinantur ad alium, nec per consequens ad illa quae ordinantur ad alium, et ita ex eis non fieret universum. Hoc etiam confirmatur in communi, quia nulla duo possunt esse terminantia totaliter dependentiam alicuius eiusdem, quia tunc illud terminaret dependentiam, quo subtracto non minus terminaretur illa dependentia, et ita non esset dependentia ad illud. Sed ad efficiens et eminens et ad finem dependent alia essentialiter. Ergo nullae duae naturae possunt esse primo terminantia alia entia secundum illam triplicem dependentiam. Praecise







solamente necessário e transcendente a toda a ordem contingente. No entanto, na mente de Escoto a demonstração só ficará completa quando se provar que esse ser primeiro é também infinito. Trabalho que reservamos para um estudo ulterior.

---

igitur est aliqua una natura terminan entia secundum illam triplicem dependentiam, et ita habens istam triplicem primitatem”. *O.*, I, d. 2, q. 1-2, p. 172-173.

*www.lusosofia.net*

